



O NEGRO NA CIDADE: UM ESTUDO NO BAIRRO DOM BOSCO EM JUIZ DE FORA (MG)

Ana Claudia de Jesus Barreto¹

Resumo: A ocupação do espaço urbano na sociedade capitalista é desigual. Cresce o número de favelas, ocupações irregulares e áreas de risco ambiental a cada ano. A população moradora dessas regiões tem uma cor, são os negros que ocupam os piores lugares tanto no setor produtivo, como no chão das cidades. O bairro Dom Bosco em Juiz de Fora-MG é um lócus de estudo para entender o processo de espoliação urbana que os negros vivem, carregando cada um, as suas histórias de vida e o estigma da cor que marcou profundamente sua inserção na sociedade de classes e que perdura até os dias atuais, representado no lugar que mora e na trajetória de vida.

Palavras-chave: negro; racismo ambiental; exclusão social; escravidão; segregação urbana.

THE BLACK IN THE CITY: A STUDY IN THE DOM BOSCO NEIGHBORHOOD IN JUIZ DE FORA (MG)

Abstract: The occupation of urban space in capitalist society is uneven. The number of favelas, irregular occupations and areas of environmental risk grows each year. The population living in these regions has a color, are the blacks who occupy the worst places in both the productive sector and the city floor. The Don Bosco neighborhood in Juiz de Fora-MG is a locus of study to understand the process of urban spoliation that black people live, carrying each one, their life histories and the stigma of color that deeply marked their insertion in class society. Moreover, that lasts until the present day, represented in the place that they live and in the path of life.

Keywords: black; environmental racism; social exclusion; slavery; urban segregation.

LE NOIR EN VILLE: UNE ÉTUDE DANS LE QUARTIER DOM BOSCO À JUIZ DE FORA (MG)

Resumé: L'occupation de l'espace urbain dans la société capitaliste est inégale. Augmente le nombre de taudis, les occupations irrégulières et zones de risques pour l'environnement chaque année. La population de ces régions a une couleur, sont noirs occupant la pire place tant dans le secteur productif, comme le sol des villes. Le quartier Dom Bosco à Juiz de Fora-MG est un lieu d'étude pour comprendre le processus de spoliation urbain noirs vivant, transportant chacun, leurs histoires de vie et de la stigmatisation de la couleur qui a marqué profondément votre insertion dans la société de classe et qui dure jusqu'à nos jours, représenté dans le lieu que vous vivez et dans le chemin de la vie.

Mots-clés: noir; le racisme environnemental; l'exclusion sociale; l'esclavage; la ségrégation urbaine.

¹ Universidade do Estado de Minas Gerais (UFMG)



EL NEGRO EN LA CIUDAD: UN ESTUDIO EN EL BARRIO DON BOSCO EN JUIZ DE FORA (MG)

Resumen: La ocupación de espacio urbano en la sociedad capitalista es desigual. Crece el número de favelas, ocupaciones irregulares y áreas de riesgo ambiental a cada año. La población que vive en estas regiones tiene un color, son los negros que ocupan los peores lugares tanto en el sector productivo, como en las ciudades. El barrio Don Bosco en Juiz de Fora-MG es un locus de estudio para entender el proceso de expoliación urbana que los negros viven, cargando cada uno, sus historias de vida y el estigma de color que fijó profundamente su inserción en la sociedad de clases y que perdura hasta los días actuales, representado el lugar que vive en la trayectoria de vida.

Palabras-clave: negro; racismo ambiental; exclusión social; esclavitud; segregación urbana.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado de uma pesquisa realizada em 2010, no bairro Dom Bosco, em Juiz de Fora (MG).

A cidade de Juiz de Fora está situada no sudeste do Estado de Minas Gerais; mesorregião geográfica da Zona da Mata Mineira. Com 516.247 habitantes (IBGE, 2010) sua posição geográfica é bastante privilegiada e estratégica. Está próxima a importantes metrópoles urbanas, como Belo Horizonte (255 Km); Rio de Janeiro (180 Km) e São Paulo (480 Km), o que a torna um polo atrativo para investimentos.

O bairro Dom Bosco tem 4.735 habitantes (IBGE, 2010), sendo que há um predomínio da população negra (preta/parda), sobre as demais, constituindo um total de 69,04% dos seus residentes. Associado a esse predomínio de não-brancos, o bairro foi referenciado pela Defesa Civil – JF como uma das áreas de risco ambiental e frequentemente alvo de atendimento da equipe de trabalho daquele Órgão Público, em decorrência dos escorregamentos de terras.

Isto posto, o bairro Dom Bosco traz em seu cotidiano um mix de pobreza, segregação social e racial e ao mesmo tempo o seu entorno vem recebendo ao longo dos anos altos investimentos imobiliários, o que tem ocasionado uma pressão sobre os moradores para a sua remoção. Essas condições foram analisadas no percurso do presente trabalho, que tem a pretensão de discutir sobre a racialização do espaço urbano, como uma das expressões do racismo ambiental, haja vista que é no chão do território que se constata a trajetória de espoliação que a população negra é submetida pela classe



dominante e o Estado é uma figura que ratifica e impõe a condição por baixo, através da violência, do descaso, da omissão e da promoção da expulsão dos moradores de áreas que passam a ser alvo de especulação imobiliária, desconsiderando a sua condição humana e repetindo a história do castigo do corpo pelo viés da inferiorização. A senzala do século XXI são as favelas e as áreas de desastres ambientais!

O ENDEREÇO DO LUGAR OCUPADO PELA POPULAÇÃO NEGRA NA CIDADE DE JUIZ DE FORA-MG

A cidade de Juiz de Fora está dividida em dois lados, o formal (Maricato, 2010), constituído pelas moradias e construções valorizadas pelo mercado imobiliário em locais com boa infraestrutura, saneamento e serviços e, por outro lado, o informal (id, 2010), caracterizado por moradias subnormais e precárias situadas em locais desvalorizados pelo capital imobiliário e sem investimento público. Por esta razão, não existe o necessário para a qualidade de vida dos moradores, como esgotamento sanitário, água, luz e saneamento básico.

Em 2006, o poder público divulgou o diagnóstico social da cidade. Em Juiz de Fora existem de 144 (cento e quarenta e quatro) Áreas de Especial Interesse Social (AEIS), distribuídas nas diversas regiões da cidade (Norte, Leste, Sul, Oeste, Centro). As regiões Norte/Noroeste concentram o maior número de moradias precárias, totalizando 3.122, com um crescimento de 41% nos últimos 6 (seis) anos e, em segundo lugar, vem a região Sudeste, com 2.491. Essas áreas são caracterizadas por moradias subnormais, precariamente atendidas pelos serviços de infraestrutura, saneamento básico, coleta de lixo, luz, água e irregularidade fundiária. Por essa razão, Silva (1989) afirma que o problema habitacional está ligado à questão fundiária urbana, uma vez que a excessiva valorização dos terrenos e o crescimento desordenado produzem desequilíbrio na estrutura interna. Nos últimos seis anos, em Juiz de Fora, o número de submoradias saltou de 8.270 para 13.262, representando um crescimento de 62%. As moradias são consideradas subnormais porque estão situadas em locais sem infraestrutura e saneamento básico e a ocupação é irregular.

De acordo com o Plano Municipal de Redução de Risco (PMRR), elaborado pela Defesa Civil em 2007, existem na cidade 42 (quarenta e duas) áreas de risco e paralelamente a este trabalho o Serviço Social da Defesa Civil em 2010 realizou um



levantamento populacional e étnico-racial nessas áreas identificadas como de risco ambiental. Com o intuito de identificar quem são os sujeitos sociais que estão vulneráveis aos escorregamentos de terra e inundação na cidade. A pesquisa revelou que em Juiz de Fora, 35.986 pessoas estão sujeitas aos desastres ambientais, sendo que nesse universo, 70,5% são negras – pretas e pardas – e 29,5% são brancas.

Os dados levantados evidenciam a segregação espacial por raça na cidade de Juiz de Fora. Fato não que é incomum em outras cidades brasileiras e são evidentes. Por outro lado, levanta a discussão sobre o lugar de moradia do/a negro/a nas cidades, e neste caso específico é um lugar de risco ambiental, onde os sujeitos sociais não-brancos em sua maioria, que se localizam nessas áreas, estão expostos a serem atingidos por escorregamentos de terras e inundações.

A expressão racismo ambiental pode causar estranheza ou até mesmo acharem que é uma “apelação”, diz Herculano. “Mas olhe a cor da pele de quem mora nas favelas sobre os morros ou, nas beira-rios e beira-trilhos; olhe a cor da pele de expressivo número dos corpos levados pelas enchentes, soterrados pelos deslizamentos” (Herculano, s.d.).

Os dados coletados pelas pesquisas étnico-raciais relacionados ao espaço urbano e a racialização, não negam esse chamamento de atenção de Selene Herculano, para que olhemos para a cor da pele das pessoas que moram em locais de baixo investimento do poder público (favelas, cortiços, assentamentos precários) e/ou estão os sujeitos aos riscos ambientais. O racismo ambiental “diz respeito às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma desproporcional sobre etnias vulnerabilizadas” (Herculano, s.d.).

Fica evidente que os não-brancos na cidade de Juiz de Fora, sofrem uma injustiça social ou um racismo ambiental, quando o poder governamental, empurra esse grupo étnico, para regiões periféricas, sem serviços de infraestrutura e saneamento básico ou para zonas de perigo ambiental, ficam expostos aos desastres em decorrência do fator pluviométrico. Essa racionalização da ordem hegemônica ratifica o que Vargas (2005) disserta:

[...] O espaço é produzido por relações sociais e as reproduz. Uma vez que as relações sociais são determinadas por diferenças de poder, ao mesmo tempo em que as relações sociais incidem sobre as formas e manifestações de poder, o



espaço urbano está profundamente implicado no processo e que hierarquias sociais se concretizam em um dado momento histórico. (Vargas, 2005, p. 92).

Não posso deixar de remeter e de defender a ideia de que a condição do/a negro/a no espaço urbano, no caso a sua localização geográfica, está conectada com a sua trajetória histórico-escravocrata. Este artigo defende que o espaço urbano carrega o estigma da cor, ou seja, os locais precários são destinados a população negra pobre, representando as antigas senzalas, locais de confinamento e sujeição do corpo ao castigo e ao trabalho forçado.

A ideologia dominante que alimenta com muito cuidado essa lógica, que se perpetua até o momento atual, se faz presente em todos os âmbitos ocupados pelo/a negro/a, seja no campo do trabalho, da escolaridade, da saúde, da moradia, do rendimento, da ocupação profissional, está sempre numa condição inferior à população branca. Isto significa subliminarmente, que o branco detém o poder, que se expressa quando submete e mantém o outro que considera um ser inferior num patamar sempre abaixo do seu. Essa condição também é representada pela segregação espacial. Haja vista que,

A construção do espaço urbano perpassa pelas relações de poder. Estas são responsáveis por consolidar a hegemonia espacial dos brancos, que se apropriam dos melhores espaços, a expensas dos negros, que são condicionados a habitar áreas com maiores deficiências de urbanização e a suportar maior carga de danos ambientais. (Melo, 2011, p.2).

Por mais que se defenda que não existe racismo no Brasil e que vivemos uma democracia racial, a realidade não consegue forjar esse mito. “O racismo é um potente fator de distribuição seletiva das pessoas no seu ambiente físico; influencia o uso do solo, os padrões de habitação e o desenvolvimento de infra-estrutura”. (Bullard apud Melo, 2011:5).

A segregação espacial e racializada têm raízes profundas na história do negro africano no Brasil. A força de trabalho escrava africana predominou no Brasil por 300 anos. A partir da metade do século XVI, foram deportados violentamente para a colônia brasileira africanos de várias tribos e várias nações, para serem utilizados nos diferentes ciclos econômicos (da cana-de-açúcar, do ouro e por último do café) do processo de



acumulação primitiva do capital, que apenas beneficiou os proprietários de terras e seus investidores.

O negro era considerado pela classe dominante uma mercadoria ou peça e após sua posse, através da compra, fazia o que bem entendesse e assim o fez com o uso da força bruta, da punição com requintes de crueldades e açoites. Clóvis Moura, afirma que o negro se constituía em mercadoria, em objeto de troca, além de produzir mercadoria e do ponto de vista do senhor de escravo era meio de produção, como “aos animais de tração que eram utilizados no funcionamento dos engenhos e em outros setores da atividade econômica”. (Moura, 1959, p. 55).

Fernandes (1965), no livro “A integração do negro na sociedade de classes”, abordou a situação dos “antigos agentes de trabalho escravo” no pós-abolição, na cidade de São Paulo. O autor demonstrou quanto foi penoso e difícil, o que ele denomina de “adaptação” desses agentes no “novo sistema de trabalho livre”.

Após quatro séculos de cativeiro, condicionados à vida limitada, submissa e castigada, são dispensados das lavouras e plantéis de café para viver como quisessem, sem “assistência” e “garantias” para sua manutenção e dos seus familiares. “O liberto viu-se convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si”, como fala Fernandes. Totalmente despreparados para uma nova modalidade de trabalho, sem recursos materiais e morais torna-se responsável por si e pelos seus descendentes.

Um pouco antes do final da escravidão e após, intensificou-se a chegada dos imigrantes que tinha o forte propósito político por detrás da sua migração, de branqueamento da população e ao mesmo tempo servir de mão-de-obra nas lavouras e no comércio. Essa política desfavoreceu a população ex-escrava que não tinha condições de competir com o imigrante europeu e desde esse momento estabeleceu-se para a população negra um obstáculo ao acesso ao trabalho e conseqüentemente tudo que decorre dele.

O negro e o mulato tinham de disputar eternamente as oportunidades residuais com os componentes marginais do sistema – com os que “não serviam para outra coisa” ou com os que “estavam começando bem por baixo. (Fernandes, 1965, p.10).



O resultado desse fluxo migratório paralelo ao fluxo rural-cidade foi o crescimento populacional e uma “redefinição territorial”, que pretendia evocar um padrão de cidade européia ou capitalista e para tanto iniciou uma política de limpeza urbana, onde atingiu prioritariamente os territórios negros.

A violência dessa transformação foi maior no Rio de Janeiro, não só porque a cidade era maior e mais importante, mas, sobretudo porque, na virada do século, era ainda uma cidade muito negra. Em São Paulo, desde logo se configurou um padrão de segregação urbana marcado por uma espécie de zoneamento social: os ricos abandonaram a contigüidade dos sobrados do Centro da cidade para desenhar um espaço de privacidade e exclusividade burguesas. (Rolnik, 1989, p. 6).

Segundo Rolnik (1986), a limpeza urbana foi mais drástica e violenta no Rio de Janeiro. Em 1904 com as transformações na área central e portuária, atingiu os quilombos mais importantes da cidade, “a região portuária da Saúde e Gamboa e os cortiços e habitações coletivas da Cidade Nova. A Gamboa, ou mais especificamente o Morro do Pinto, era a área dos capoeiras, que ocasionalmente trabalhavam como carregadores do porto”. (Rolnik, 1986, p. 8).

A expulsão da população negra da área central promoveu a ocupação dos morros, resultando nas favelas e crescimento dos subúrbios. Hoje muitos desses territórios estão situados em área de especulação imobiliária, causando muitos conflitos e jogo de interesses entre os agentes transformadores do espaço urbano, dentre eles os promotores imobiliários, as construtoras e o Estado. Por outro lado, essa população portadora de uma história segregacionista trava uma árdua luta para permanecer no lugar onde os seus antepassados conquistaram. Travando também a luta pela liberdade de possuir terra, de ser reconhecido como sujeito que possui uma cultura e uma identidade que carrega em si valores que são desprezados pela classe dominante.

A população moradora desses territórios enfrenta vários problemas, como o reconhecimento de sua identidade, direito a propriedade, resistência frente aos promotores imobiliários e projetos que prevêm a redução dessas áreas ou até o completo deslocamento desse grupo étnico, esses e outros fatores culminam na resistência e reivindicações dessa população. A cultura tem sido uma forma de



resistência e de sobrevivência, ao mesmo tempo em que a preserva, reafirma sua identidade e a luta pela cidadania.

Numa economia fortemente marcada pelo mercado, que impõe as regras do jogo econômico, considerável parcela de negros, está excluída do acesso aos bens e serviços ofertados e incluídos de maneira precária nas cidades, seja na habitação, na saúde, na educação e no trabalho.

Para Campos (2005), o acesso à terra foi legalmente vedado aos negros. A exclusão do negro ao acesso a terra fez parte da estratégia do capital para alargar as bases do denominado exército industrial de reserva. “Assim não se trata do quilombo que já foi, mas do que se constrói como representação social capaz de mobilizar uma afirmação étnica contra a exclusão. A identidade não é forjada no vazio, mas pela reatualização das tensões historicamente engendradas”. (Carril, 2006, p. 235).

Segundo Oliveira (2000, p. 54), no século XIX, Minas Gerais era a maior província escravista do país, e Juiz de Fora abrigava a maior população escravizada de Minas Gerais. Como em todo o país, nessa época, a mão-de-obra maciçamente utilizada, era a escrava, tanto que em determinados lugares havia mais escravos que livres. Em 1855, Juiz de Fora possuía uma população de 6.466 habitantes, desses, 2.441 eram livres e 4.025 eram cativos. Contudo, esses números começaram a decair a partir da introdução da mão-de-obra imigrante na região, cujo intuito não divergiu das outras cidades, como a de São Paulo.

Com o fim da escravidão, os libertos enfrentaram condições extremamente desiguais para competir no mercado de trabalho, ter acesso à terra tanto no meio rural quanto no urbano. A análise de histórias de famílias de ex-cativos mostra que a luta e o esforço para quebrar as correntes físicas e morais que lhe impuseram os séculos de escravidão parece seguir como padrão. Apesar de estarem em locais diferentes, perseguiram um projeto comum, em silêncio: família, terra e trabalho. Família porque representa os laços de solidariedade e de apoio, terra para produzir e morar e o trabalho para sobreviver.

Somente após 1920, devido ao declínio da produção cafeeira, iniciou-se o processo de migração para o centro urbano. Contudo, nesse período parte da área central



da cidade já estava ocupada pelos trabalhadores livres e imigrantes, sobrando para os libertos vindos da zona rural, locais sem urbanização e infraestrutura, denominados, pela historiadora Mônica Ribeiro de Oliveira (2000), de verdadeiras ilhas em torno da área central. Como foi o caso de alguns bairros como Dom Bosco, Santa Rita e São Benedito e, hoje, parte deles são áreas de risco físico mapeados pela Defesa Civil de Juiz de Fora.

Segundo relatos de descendentes de escravos, citados no Livro “O Negro: Trabalho, sobrevivências e conquistas”, somente a partir de 1930, o negro foi inserido no processo produtivo e reconhecidos seus direitos sociais. Durante 42 anos (1888 – 1930), os ex-cativos e seus descendentes ficaram à margem da sociedade, sofrendo preconceitos de toda ordem. Batista (2006), em sua pesquisa colheu histórias de vida dos afrodescendentes que retratam bem a situação vivenciada em Juiz de Fora, conforme um trecho extraído da entrevista com Vô Nitinha:

Ih... era difícil. Não dava serviço não. Eu mesmo ia pra porta da fábrica todo dia...Olhava pra uns, olhava pra outros e escolhia era só os branco mesmo. Era todo dia. Eu ia assim mesmo. Os negro não entrava não. Isso era lá pra os idos de 30. Eu era mocinha. Queria trabalhá e ia mesmo. Naquele tempo já tinha discriminação. (Batista, 2000, p. 108).

Em face das diversas dificuldades, os ex-escravos e seus descendentes, em Juiz de Fora, ocuparam-se, predominantemente, nas atividades econômicas informais e autônomas, como vendedores ambulantes, músicos, barbeiros, bombeiros, carpinteiros, alfaiates, mecânicos, amoladores. Paralelamente à luta pela sobrevivência, também tiveram que resistir às ações do Estado, que passou a cobrar impostos para as atividades citadas e que eram de baixa lucratividade. Esta medida representou uma forma de controlar e inibir a expansão da inserção produtiva dos negros. Batista concluiu que:

Obviamente, as atividades profissionais a que o povo negro teve acesso foram às atividades que demandavam maior esforço físico e menor nível escolar. Muitas vezes o negro buscou atividade autônoma como saída em termos de sobrevivência, mas, sem incentivo, não era possível uma perspectiva de crescimento em sua profissão. (Batista, 2006, p.88).

Florestan Fernandes (1965) denominou de “espoliação secular”, o fato do ex-cativo não possuir as condições necessárias (instrução, habilidade para as tarefas do comércio e da indústria nascente) para inserir-se nos diversos setores sociais e em



decorrência não houve condições de transmitir aos seus filhos nenhuma instrução que, por sua vez, também encontraram dificuldades de progredir. Essa condição anterior imposta aos negros deixou raízes profundas que permanecem na atualidade.

A contribuição de Guimarães (2006) é de suma importância para entender como os ex-cativos, eventualmente, tiveram acesso a terra, bem como às possibilidades de usufruí-las e os conflitos que geraram em Juiz de Fora. O seu estudo revelou que muitos receberam através de testamento certas extensões de terras, dinheiro, bens materiais e animais. Contudo, a autora ressalta que os inventários onde constava a contemplação de bens materiais aos escravos faziam-se diante da proximidade da morte dos proprietários que acreditavam preparar um bom caminho para suas almas. Em outros casos, o acesso também se dava por causa da relação amigável estabelecida entre senhores e escravos principalmente como recompensa por serviços prestados e pela conquista de laços de confiança.

Para Barreto e Carvalho (2007, p. 253) é necessário ir além da descrição da desigualdade da localização do indivíduo diferenciados por cor/raça, mas empreender esforços teóricos e metodológicos para explicar sua lógica nos marcos das práticas racistas e discriminatórias da sociedade brasileira. Isto pode ser observado no estudo das autoras sobre a segregação residencial, condição social e racial em Salvador em que demonstram no percurso histórico de alocação da população soteropolitana. Os setores altos, representados por empresários, dirigentes, trabalhadores intelectuais ocupam a orla atlântica, os setores médios, ocupam o centro tradicional e as áreas antigas e por fim os grupos de menor renda estão nas áreas que as “elites deixaram para trás”.

As áreas populares são as que abrigam a população que não tem possibilidade de consumir o espaço da cidade moderna nem da cidade tradicional e vai se alojar tipicamente em parcelamentos clandestinos e habitações precariamente auto construídas. [...] as áreas populares predominam em Salvador, na região que hoje se chama de Miolo (que é o trecho entre a BA-324 e a Avenida Paralela, onde estão bairros como Tancredo Neves e Cajazeiras) e em parte da orla da Baía de Todos os Santos, no chamado Subúrbio Ferroviário, em São Caetano, Valéria e Liberdade, dividindo o espaço com áreas que concentram trabalhadores de subsistência em Salvador e nas suas franjas. (Barreto; Carvalho, 2007, p. 257-256).



No tocante ao perfil étnico dessas áreas Barreto e Carvalho (2007) também confirmam a segregação racial em Salvador. Revelando em dados estatísticos que na “área superior” a composição étnica é de 64,8% de brancos para 27,5% de pardos e 6,5% de pretos, enquanto na área “popular-inferior”, tem-se 13,7% de brancos para 64,8% de pardos e 20,2% de pretos.

Como pode ser demonstrada a segregação social e espacial do negro não se limita a uma região do país e sim, é um fenômeno real em todo Brasil, guardada as suas devidas proporções. Ao mesmo tempo é reveladora de uma condição de exclusão, de desvalorização e desproteção social deste grupo étnico, que guarda raízes profundas representadas nos quilombos e nas senzalas e se reproduzem através das relações sociais, seja na condição do emprego, da moradia e na forma com que consomem a cidade.

Florestan Fernandes (1972), no livro “O negro no mundo dos brancos”, na seção intitulada “Segregação Dissimulada” faz uma pergunta reflexiva, após dizer que a segregação do negro é “sutil e dissimulada”, o negro é confinado “ao porão da sociedade” e para que a situação oposta seja atingida é necessário que o negro e o mulato se confundam com o branco com a mesma oportunidade de igualdade: “Quanto tempo terá que correr para que consigam tratamento igualitário numa sociedade racialmente aberta?” (FERNANDES, 1965, p. 44). A sua resposta foi de que os negros devem estar preparados para respondê-la e os brancos para serem solidários.

DOM BOSCO: UM ESTUDO DE CASO

Em Juiz de Fora, os ex-cativos alcançaram, em massa, a cidade a partir de 1920, após o declínio da produção de café na Zona da Mata Mineira. Ao chegar à cidade, a parte central não comportava a demanda populacional, sobrando à parte periférica, de baixa ocupação, dando origem aos bairros, como Dom Bosco e São Bendito, “levando à formação de bairros inteiramente negros” (Oliveira, 2000, p. 64). Eram bairros que não possuíam nenhuma infraestrutura e corajosamente, por não haver outra opção, a população pobre foi habitando essas áreas.



A formação do bairro Dom Bosco iniciou-se no ano de 1927, quando Vicente Beghelli parcelou suas terras e começou a vender os lotes “por baixo preço” aos operários. Até então, o local era denominado de Boa Vista, pois 2/4 de sua área fazia parte do antigo sítio “Boa Vista”, pertencente à Beghelli.

“Pequeno quilombo” foi assim que se referiu o senhor Isaías (87 anos), morador do bairro Dom Bosco desde 1932. Relatou que, ao chegar ao bairro, havia uma presença grande de ex-escravos e seus descendentes oriundos das fazendas de café (São Mateus e Salvaterra). Conforme esse antigo morador, as casas eram simples, feitas de sapé, o chão de terra batida e uma única estrada, chamada São Francisco, cortava o morro “Serrinha”, ligando a cidade ao Distrito de São Francisco. A água era de bica e a luz de candeeiro.

Após muitos anos de luta e pressão da comunidade, o poder público realizou melhorias e investimentos na área, como pavimentação, saneamento básico e infraestrutura (água, luz). Ao mesmo tempo ao longo do período, outros investimentos foram ocorrendo em torno do bairro, a exemplo da Universidade Federal de Juiz de Fora (1960), Hospital Monte Sinai (1994), Shopping Center (2008) e construções residenciais destinadas à classe média. Todos esses investimentos de algum modo vêm valorizando o bairro, apesar de no seu interior ser mantido uma pobreza, contrastando com o seu entorno. Tornando o bairro “Uma pedra no meio do Caminho”, dos agentes modeladores do espaço urbano, segundo Monteiro (2014).

Ao analisar a imagem ao lado fica evidente a pressão que os moradores do bairro Dom Bosco vem sofrendo ao longo dos investimentos imobiliários na área e bem como a segregação espacial que está exposta aliada ao risco ambiental.

Figura 1. Visão parcial do bairro



Fonte: Acervo fotográfico de Ana Cláudia Barreto. 10 Jul 2009

A distribuição dos locais residenciais segue as leis gerais da distribuição dos produtos e, por conseguinte, opera os reagrupamentos em função da capacidade social dos indivíduos, isto é, no sistema capitalista, em função de suas rendas, de seus status profissionais, de nível de instrução, de filiação étnica, da fase do ciclo de vida, etc. (Castels apud Monteiro, 2014, p. 141)

A convivência fronteira entre classe média e baixa, acrescido ao fator racial, ou seja, pobre e negro convivendo com brancos em sua maioria, no mesmo espaço, sendo que em situações de apropriação da terra totalmente diferentes, resulta numa disputa territorial e numa segregação racializada, haja vista que a maioria dos moradores do Dom Bosco são negros/as.

Tabela 1. População residente, por cor/raça, Bairro Dom Dosco – Juiz de Fora - MG

Cor	População	%
Preta	1.796	37,93%
Branco	1.416	29,90%
Parda	1.473	31,11%
Amarela	43	0,91%
Indígena	7	0,15%

Fonte: IBGE (2010) apud Monteiro (2014).

O capital imobiliário exerce uma pressão sob o bairro Dom Bosco, para que seja removido (Monteiro, 2014) ou pelo menos diminuir o fluxo de moradores que estão



localizados em área de valorização fundiária. “As terras do bairro tornam-se uma reserva de mercado que atacam os olhos dos promotores imobiliários. O bairro fica incluído e ao mesmo tempo desagregado. É um espaço fora de lugar”. (Monteiro, 2014, p.144).

O Bairro Dom Bosco é a representação de uma contradição urbana, que ao mesmo tempo, que sofre um processo de valorização imobiliária muito grande, o seu cotidiano contém vulnerabilidade social e ambiental.

Conforme levantamento do Atlas Social de Juiz de Fora (2006), o bairro Dom Bosco é considerado uma Área de Especial Interesse Social (AEIS), representando uma pobreza urbanizada, que apesar da infraestrutura investida, necessita de outras intervenções, como a regularidade na posse da terra. Kowarick (2009) refere-se à situação de desproteção a que vastas camadas pobres encontram-se submetidas no que concerne às garantias de trabalho, saúde, saneamento, educação e outros componentes que caracterizam os direitos sociais básicos de cidadania. Isto também é viver em risco.

Trata-se de cidadãos totalmente desprotegidos, pois não têm acesso às políticas públicas: de habitação, trabalho e renda, que lhe confeririam uma inclusão digna. Na maioria dos casos são vistos como “massa desvalida”, “desclassificados”, “desfiliaados”, “desterritorializados”, vulneráveis aos danos materiais, psicológicos e aos riscos devido às chuvas. Viver numa sociedade tão desigual é um duplo risco!

Observa-se que há uma estreita relação entre as péssimas condições de moradia, o acesso a serviços públicos e os riscos ambientais, como se ocorresse nos territórios um encontro, perverso, de vulnerabilidades – urbana, social e ambiental. Assim, os territórios com pouco ou nenhum investimento público, concentram população em situação de maior pobreza e são áreas com grande degradação ambiental. Os locais de moradia podem exercer um papel central sobre as condições de vida e sobre o grau de vulnerabilidade destes indivíduos. Assim, é preciso articular a noção de risco e vulnerabilidade social com a de segregação socioespacial (Paz et alii., 2010, p. 3).

O bairro é considerado de risco ambiental pela Defesa Civil, pois ao longo do tempo, sem condições de adquirir um lote ou uma casa num local seguro, muitos moradores foram ocupando as encostas. De acordo com a pesquisa de campo realizada



em 2010, nas treze ruas do bairro Dom Bosco consideradas de risco físico, moram 3.514 pessoas, sendo que 19,3% são brancas e 80,7% são negras - pretas e pardas.

Figura 2. Deslizamento de Terra. Na beirada do barranco presença de habitação subnormal



Fonte: Defesa Civil de Juiz de Fora – MG. Jan 2003

Em janeiro de 2003, houve um acidente causado por três deslizamentos de terra na Rua Arminda Nunes Ribeiro - local com presença de várias habitações precárias. A situação de risco havia sido sinalizada pelo engenheiro que visitou a região, conforme consta no relato do atendimento através do Boletim de Ocorrência 443-1/2003 do dia 18/01/2003:

Trata-se de provável invasão, em terreno de encosta íngreme, área de mato denso, com dificuldades de visualização, onde se observa vários barracos, sem nenhuma infraestrutura ou saneamento básico. Próximo ao acesso nota-se na encosta, algumas trincas com características de cunhas de deslizamento, mas de difícil visualização de um todo, no declive nota-se lixo, entulho, bananeiras e outros sinais de não preocupação com a segurança no local. Há aproximadamente 10 casas no local, e sobre a encosta em nível inferior, existem várias outras edificações, espalhadas sobre a mesma, a uns 50 metros abaixo em risco, se por ventura venha ocorrer o deslizamento.

As famílias desalojadas em decorrência deste evento foram encaminhadas para o Programa de Atenção a Situações Emergenciais – PASE,² para serem assistidas com o pagamento de aluguel de outra moradia. Ainda em 2006, os moradores situados no prolongamento da Rua Arminda Nunes Ribeiro que não tinham sido removidos ou que foram morar posteriormente ao acidente relatado acima, continuavam sendo alvo de atendimento da Defesa Civil, pois a vulnerabilidade ao risco e a possibilidade de novos deslizamentos permaneciam. Após a Defesa Civil ter realizado estudo e sistematização da área, que embasou a justificativa para a saída dos moradores, com indicativo de demolição das moradias, os moradores puderam sair do local com o apoio do Poder Público, que os inseriu no PASE.

Figura 3. Prolongamento da Rua Arminda Nunes Ribeiro. Moradias precárias, sem esgotamento sanitário, a água e luz eram improvisadas



Fonte: Defesa Civil de Juiz de Fora – MG. 30 jan 2003

Diante dos elementos trazidos até aqui, estamos tratando de um bairro eminentemente povoado por sujeito preto, pobre, sem terra e expostos a vulnerabilidade ambiental. Conjunto de fatores que expõe a realidade da população negra na fração da realidade, chamada Dom Bosco e que reflete a totalidade quando tratamos da realidade brasileira. Esses elementos não têm como negar um racismo ambiental, que expõe uma

² Programa instituído através do Decreto N° 8440 de 29 Dez. 2004, destinado ao socorro e à assistência às famílias, com renda mensal média de até dois salários mínimos, atingidas por desastres no município de Juiz de Fora. O Programa sofre uma reformulação, através da Lei N° 12.060 de 25 Jun. 2010 e passa a chamar Programa Especial de Auxílio-Moradia, para famílias de baixa renda em situação de vulnerabilidade ou risco habitacional.



população majoritariamente negra, ao risco de deslizamentos de terras e a despreocupação ou a forma minimalista como o Estado se empenha em resolver a questão, configura uma injustiça social que retarda cada vez mais a igualdade de condições e acesso da população negra a uma vida com mais qualidade e segurança em comparação a população branca.

O modus operandi da política brasileira sugere que quando confrontado com corpos negros, o poder da soberania – o poder de decidir quem vive e quem morre – se converte tão somente no direito de fazer morrer: não há espaço para a produção de corpos dóceis porque trata-se de corpos-vazios, matáveis. (Alves, 2011, p. 119).

Alves (2011) conceitua raça “como uma realidade socialmente construída que estrutura as relações sociais e define não apenas o acesso diferenciado à cidadania, mas também o direito à vida”. (Alves, 2011, p.109). Neste caso, fica confirmado que a raça é uma condição que determina o lugar no espaço urbano e o tratamento desigual dispensado pelo poder governamental aos negros, que não deixa de ser uma forma de violência institucionalizada, denominado de necropolítica por Jaime Amparo Alves (2011).

Ao permitir que pessoas ocupem áreas de risco ambiental, não estaria o Poder Público realizando um tipo de eliminação seletiva? Não estaria impondo através de estratégia a definição dos espaços de moradia para os/as negros/as? Ao longo de todo percurso pós-abolição pode-se perceber essa trajetória de expulsão, desterritorialização, punição e segregação da população negra na cidade. Como se não pertencessem à cidade, fossem os indesejados de cor e para isto elementos (in) visíveis funcionam para expulsar, eliminar da cidade formal, onde transitam os “cidadãos de bem”.

A história do bairro Dom Bosco traz muito disso. Existia uma área de lazer onde os moradores jogavam futebol aos fins de semana, na chamada “Curva do Lacet”. Com a construção do Shopping Center, a área de lazer foi retirada (sem consultar aos moradores), pois ficaria em frente ao Shopping. Certamente não iria ficar bem, um monte de ‘gente’ preta jogando futebol em frente ao espaço confinado da elite branca. Abaixo as falas de alguns moradores sobre esse episódio:

“Falta de consideração com a gente, não tem praça, não tem creche.”



“Um grande golpe, única área de lazer, foi para área longe do bairro.”

“Ficou horrível. Todo mundo ficou triste era área de lazer, prejudicou muito a gente.”

“Isso não foi muito bom, porque as crianças gostam de brincar, ficam sem fazer nada.”

Outro episódio foi da bica que é utilizada por lavadeiras e pela comunidade em geral. Com a construção do Centro Médico Monte Sinai, mais uma remoção! A bica foi retirada e realocada num ponto mais abaixo de onde estava localizada. Isso só ocorreu porque a comunidade estabeleceu uma tensão com os proprietários do investimento. Frente a essa realidade tão comum na relação de forças entre o poder dominante e os dominados, Vargas afirma que:

A existência de um espaço neutro, prontamente transparente é uma ilusão: todos os espaços urbanos são produtos de lutas históricas de poder, e as relações sociais derivadas de tais lutas tornam-se espacializadas de acordo com a ordem política hegemônica [...]. (Vargas, 2005, p. 92).

TRAJETÓRIAS DE VIDA DE MORADORES DO DOM BOSCO

A seguir, serão expostos dois relatos de vida de descendentes de pessoas que foram escravizadas. Uma delas mora no bairro Dom Bosco, a outra foi removida pela Defesa Civil, após as ocorrências de deslizamentos de terras.

Milton Santos (1993) afirmou que devemos olhar para o território como “formas-conteúdo”, considerando a história de um lugar, a sua gente, as causas das mazelas urbanas e não, meramente, olhar seus efeitos. Em vista disso, este trabalho pretende não somente analisar os efeitos das chuvas numa área de risco ambiental, na cidade de Juiz de Fora - MG, mas, acima de tudo, sinalizar a sua gente, a história de luta e resistência pela permanência no lugar. E, quem é essa gente?

A escolha das moradoras obedeceu a único critério: ser descendente de pessoas que foram escravizadas e devido ao limite do espaço para o artigo apenas irei apresentar duas moradoras: Araguaci e Maria do Carmo.

ARAGUACI



Natural de Juiz de Fora, hoje com 34 anos, mãe de cinco filhos menores, Araguaci declarou que sua avó por parte de mãe, foi escrava. “Minha mãe falava muito que os outros explorava, não pagava, exploração”. Estudou até a 3ª série, trabalha três vezes por semana fazendo faxinas e cuida de uma idosa. Esses serviços que lhe possibilitam um rendimento mensal de R\$ 200,00, além do complemento de R\$ 130,00 do Programa Bolsa Família. Ela relata que quando era criança, sua mãe a entregou, juntamente com seus irmãos, a outras pessoas na cidade de Ubá-MG. Lá ficou trabalhando como doméstica e “morava na casa de gente rica”. Em 1995, quando completou 20 anos, decidiu voltar para Juiz de Fora, para morar perto dos irmãos que já estavam no Dom Bosco. Aproveitou do dinheiro que tinha recebido do antigo emprego e juntou um pouco mais com o novo trabalho que conseguiu na cidade e aos poucos foi construindo sua casa ao lado do irmão, “juntou todo mundo pra levantar”, a casa (Foto abaixo) que segundo ela levou três anos para construir.

Figura 4. Moradia de Araguaci, demolida pela Defesa Civil em 2008



Fonte: Defesa Civil de Juiz de Fora – MG. 30 Maio 2006

Em 2007, houve um escorregamento de terras nos fundos da sua moradia e na dos seus irmãos. Todos foram removidos pela Defesa Civil para um abrigo temporário e, posteriormente, encaminhados para o Programa de Atenção a Situações Emergenciais (PASE). Até hoje, Araguaci mora de aluguel pago pela PJF e, quando questionada sobre seu sentimento quando chove, respondeu “é um sentimento ruim. Aqui a gente tá bem. Fico com receio de acontecer alguma coisa, coisa triste”. Ela ainda continua morando no próprio bairro e sobre a perspectiva de receber uma casa que será propriedade dela e

em local seguro, respondeu mostrando preocupação em deixar algo para os seus filhos e em segurança, “é pouco, mas vai ser deles pro resto da vida”.

Patologia Identificada:³ “Edificação em padrão construtivo subnormal, com paredes em tijolos cerâmicos parcialmente revestidos, sobre fundação direta rasa e inadequada, localizada à meia encosta na base de talude íngreme no qual foram executados cortes com desaterro desestabilizando o mesmo formando cunhas de instabilidade podendo resultar em deslizamentos. A edificação encontra-se desocupada e parcialmente destelhada”.

Indicação: Demolição do imóvel.

MARIA DO CARMO

Com 62 anos, mãe de 13 filhos, todos criados na roça. Neta de escrava, por parte de pai, é analfabeta, “a gente começava a trabalhar muito novinho, não estudava”. É separada, hoje com ela moram 8 filhos e quatro netos. Saiu da Fazenda Dores do Paraybuna rumo a Juiz de Fora, estimulada por um filho que se encontrava morando em Juiz de Fora. Peregrinou de um bairro a outro pagando aluguel. Quando um filho que já morava no Dom Bosco e já estava mais estabelecido no local, chamou para ir morar no Dom Bosco, que representou a possibilidade de parar de pagar aluguel, apesar de que o lote não pertencer à família, foi ocupado. Quando chegou ao local há dez anos, onde hoje é sua casa, relata que “tinha pedacinho cheio de lixo... lugar pequenininho... a gente limpou... a gente olhava... a gente fez um comodozinho, entrou dentro e tá construído até hoje... foi difícil, mais graças a Deus chegou lá”. Hoje a família mora numa casa estruturada de dois andares.

Figura 5. Moradia da Sra. Maria do Carmo

³ Tudo constante nos arquivos da Defesa Civil de Juiz de Fora-MG. Pasta Especial BO's Diversos: Relatórios Técnicos do bairro Dom Bosco.



Fonte: Acervo fotográfico de Ana Cláudia Barreto. 08 de Março 2010

No pavimento inferior moram Maria do Carmo e seus 8 filhos e 4 netos e no pavimento superior, a filha com o esposo e três filhos. Maria do Carmo é do lar, seus filhos não estão empregados formalmente, fazem serviços eventuais (faxinas e construção civil). No decorrer da entrevista demonstrou preocupação em ter que sair do local, por não possuir escritura do imóvel, “por isso não gasto mais dinheiro, não faço mais nada”. E com relação à chuva relatou o receio do barranco descer e das dificuldades em andar na rua onde mora, que ainda não é asfaltada. “Tenho uma filha que é epiléptica, uma vez teve que carregar ela e subir aquilo ali escorregando... fico preocupada com a chuva por causa daquela casa que fizeram próxima ao barranco... medo da casa cair e atingir a gente”, finalizou.

A relação entre escravidão e espaço urbano fica muito evidente quando se penetra no cotidiano dos moradores do bairro Dom Bosco. Ao escutar as narrativas sobre a luta para sobreviver e conseguir um local para morar, está impressa uma herança escravocrata que marcou o/a negro/a com o estigma da punição, da submissão e da inferioridade que foi produzida pela ideologia eurocêntrica e se reproduz massivamente nos meandros das relações sociais hierarquizadas que não foram superadas com o processo pós-abolição. Muito pelo contrário, se reproduzem em vários campos da vida



cotidiana, seja na moradia, educação, saúde, trabalho e renda. O negro está sempre numa condição subalterna e precária. Se antes era senzala, local de submissão, “onde se podiam vigiá-los e comandá-los” (Rolnik, 1989:2) hoje são favelas e as áreas de risco ambiental, locais de moradia que representam medo e violência e, o Estado assume a figura do Senhor, imputando o castigo - ao direito de morrer, seja pela própria polícia ou pelos desastres ambientais.

São poucos aqueles que “chegam lá” e quando “chegam lá”, se tornam uma exceção, uma admiração para a sociedade. Ter uma profissão que tradicionalmente somente os brancos tinham condições de conquistar ou até mesmo, possuir uma renda acima da média, torna o indivíduo de cor uma exceção dentro da regra.

Estamos condenados a viver não apenas com aquilo que produzimos, mas também com o que herdamos, e devemos aprender a viver com tudo isso em liberdade. Uma vez que não saímos inteiramente de uma mentalidade dominada ainda pela ideia de seleção entre diferentes tipos de seres humanos é preciso trabalhar com e contra o passado, de maneira a que este possa abrir-se para um futuro comum, com dignidade para todos. (Membe, 2014, p. 296).

Sendo assim, diante de toda a discussão exposta, torna-se um grande desafio efetivar os direitos sociais e a cidadania da população negra e pobre na sociedade brasileira, que carrega o mito da democracia racial. Mas, discuti-la já é um grande avanço e a produção desse conhecimento no âmbito do serviço social é de suma importância para se pensar a cidade a partir do olhar do cidadão negro que passa pelo processo de inclusão/exclusão social. Haja vista, que um dos princípios fundamentais do Código de Ética Profissional do Serviço Social é “Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos da classe trabalhadora. (Código de Ética do Assistente Social, 1993).

Como lutar pela efetivação desses direitos e ou contribuir para mudar as ideias hegemônicas, se não conhecemos melhor esses sujeitos? Por isso é necessário ampliar essa discussão no âmbito profissional, pois aqueles que são atendidos pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que participam dos programas de transferência de renda e que trazem as demandas representadas como expressões da questão social no cotidiano da prática profissional, precisam ser estudados, conhecidos na sua



experiência cotidiana, somente assim, o profissional estará pautando sua intervenção nas reais necessidades do seu público alvo e bem como contribuindo para reduzir as desigualdades sócio-raciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar o bairro Dom Bosco dentro dos aspectos levantados no presente artigo, possibilitou trazer à tona discussões que são necessárias ser levantadas em vários segmentos da sociedade. A fim de que o mito da democracia racial tão defendido na sociedade brasileira, seja derrubado, haja vista que a realidade é tão oposta e contraditória ao que se propaga.

Maricato (1995) afirma que a exclusão social tem sua expressão mais concreta na segregação espacial ou ambiental, configurando pontos de concentração de pobreza à semelhança de "guetos", ou imensas regiões nas quais a pobreza é homoganeamente disseminada e que a segregação ambiental é uma das faces mais importantes da exclusão social, mas parte ativa e importante da mesma.

Isto posto, está se falando de sujeitos excluídos, empobrecidos e expostos ao risco ambiental, porém é necessário frisar que estes sujeitos tem cor e endereço. Essa cor é negra e o endereço é a precariedade.

O lugar do negro no chão das cidades representa esse processo de exclusão social, dos sem nada ou daqueles que tem, mas de forma bastante precária. Será sempre o lugar da ilegalidade, do risco ambiental, da violência, da ausência do poder público que reforça o estigma da cor e da permanência moderna das senzalas, que passaram a ser - as favelas, os assentamentos precários.

REFERÊNCIAS

ALVES, Jaime Amparo. Topografias da violência: Necropoder e governabilidade espacial em São Paulo. *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo, USP, v. 22, 2011, p. 108-134.

BARRETO, Vanda Sá; CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. Segregação residencial, condição social e racial em Salvador. *Cadernos Metrópole* v. 18, 2007, p. 251-273.

BATISTA, Rita de Cássia Souza Félix. *O negro Trabalho, sobrevivência e conquistas em Juiz de Fora de 1888 a 1930*. Juiz de Fora - MG: Funalfa Edições: 2006.



CAMPOS, Andreino de Oliveira. *Do quilombo à favela: a produção do espaço criminalizado no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: 2005.

CARRIL, Lourdes. *Quilombo, favela e periferia: a longa busca da cidadania*. São Paulo: Annablume/FAPESP: 2006, p. 207-248.

Código de Ética do Assistente Social, 1993. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acessado em: 26 de junho de 2017.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classe*. São Paulo: Dominus Editora: v. 1, 1965, p. 1 - 69.

GUIMARÃES, Elione Silva. *Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação: família, trabalho, terra e conflito* (Juiz de Fora - MG, 1828-1928). Juiz de Fora - MG: Funalfa Edições: 2006.

HERCULANO, SELENE. Racismo ambiental, o que é isso? . Disponível em: http://www.professores.uff.br/seleneherculano/images/Racismo_3_ambiental.pdf. Acessado em: 25 de junho de 2017.

KOWARICK, Lúcio. *Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*. São Paulo: Editora 34: 2009.

MARICATO, Ermínia. *Metrópole na periferia do capitalismo*. São Paulo, 1995. Disponível em: www.fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/.../maricato_metrperif.pdf. Acessado em 20 março de 2010.

MEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Portugal: Antígona: 2014, p. 1-305.

MELO, KEILA CECÍLIA. *Apartheid à brasileira: Notas sobre a segregação ambiental urbana de base racial em São João Del-Rei (MG)*. Revista de Iniciação Científica da FFC, v. 13, n. 2, 2013, p. 1-17.

MONTEIRO, Gabriel Lima. *No meio do caminho tinha uma pedra, tinha uma pedra no meio do caminho: uma longa vida comunitária e seus desafios frente ao avanço do capital imobiliário*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, MG, 2014.

MOURA, Clovis. *Rebeliões de Senzala*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas: 1959, p. 1-87.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Famílias solidárias e desafios urbanos: os negros em Juiz de Fora*. In BORGES, Célia Maia (Org). *Solidariedades e conflitos: histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora*. Juiz de Fora – MG: Ed. UFJF, 2000.

PAZ, Rosangela Dias Oliveira de; TABOADA, Kleyd Junqueira. *Conceitos Básicos para Intervenções Habitacionais*. Disponível em: http://www.eadtrabalhosocial.com.br/moodle/file.php/14/Aulas_EADTS/AULA_4.pdf. Acessado em: 18 Agosto 2010.



ROLNIK, Raquel. Territórios Negros nas Cidades Brasileiras. *Revista de Estudos Afro-Asiáticos*, Set., 1989. p.1-17.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel: 1993, p. 59-133.

TAVARES, Gisele Machado (Org.). Atlas Social - Juiz de Fora. Diagnóstico/Prefeitura de Juiz de Fora, Juiz de Fora - MG: Prefeitura de Juiz de Fora, 2006.

VARGAS, JOÃO H. COSTA. Apartheid brasileiro: raça e segregação residencial no Rio de Janeiro. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 48, n. 1, 2005, p. 75-131.

Site visitado:

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=313670>. Acesso em 26 de Jun de 2017.

Recebido em janeiro de 2017
Aprovado em março de 2017